

1. Introdução

Diante do movimento desigual que caracteriza o capitalismo ao redor do mundo, por meio de uma lógica que seleciona os lugares para ora estarem presentes nas políticas de desenvolvimento, ora ausentes destas, e levando em consideração os reflexos desse processo na maneira como o ser humano produz o seu espaço, vivencia o seu ambiente e se relaciona com os outros seres e consigo mesmo, o que se busca, nesse trabalho, é perceber a maneira como esse movimento desigual do capital, que se articula em uma escala global, se realiza no e através do local. Para esse exercício, a comunidade do Vale Encantado, Alto da Boa Vista – RJ, nos seus últimos 10 anos, será o recorte espacial-temporal selecionado. Além de perceber e estudar o espaço que o discurso da sustentabilidade adquiriu na comunidade, promovido, sobretudo, pela entrada da ONG Abaquar nesta, também constitui parte do nosso problema perceber quais são as possibilidades de valorização da prática agroflorestal na produção do espaço desta comunidade. Desse modo, buscamos entender se é possível a realização da prática agroflorestal na Comunidade do Vale Encantado, bem como se tal prática pode servir como mecanismo de apropriação e uso do espaço da comunidade pelos moradores. A estas, se soma uma outra pergunta: Quais são as expectativas dos moradores com a chegada da prática agroflorestal na comunidade? Ao final, buscaremos refletir sobre a relação dos hábitos da família que recebe o projeto com a prática agroflorestal que é levada para a comunidade.

Além disso, é necessário estabelecer a forma-conteúdo do processo espacial por nós apreendido na organização do presente trabalho. Nesse sentido, ressalta-se que a categoria de espaço é vital para o entendimento do processo que estamos apreendendo. Em Lefebvre (2006), o autor ao resgatar a maneira geométrica pela qual o espaço era visto, nos mostra o seguinte: “O Espaço (maiúsculo) [...] tradicionalmente, o termo evocava senão os matemáticos, a geometria (euclidiana) e os seus teoremas, portanto uma abstração: um recipiente sem conteúdo” (LEFEBVRE, 2006.p3). Desse modo, a crítica feita é no sentido de que a visão tradicional do espaço está constantemente associada a uma ideia de geometrização, sem que sejam respeitados os limites da prática cotidiana.

Nesse trabalho, considera-se que a restrição à dimensão geométrica é limitante porque não consegue trabalhar com a noção “de que o espaço é um produto de inter-relações” (MASSEY, 2004 p.14). Ou seja, o espaço é relativo assim como o tempo, variando de acordo com as relações que se desenrolam através das práticas diárias, que o produzem, ao mesmo tempo que são o seu produto. Não é ele uma abstração, pronta para ser preenchida de significado. A autora atenta, ainda, para o fato de que o espaço “está sempre em um processo de devir” (MASSEY, 2004, p.14), demonstrando a incontingência de se pensar tempo e espaço como mutuamente relacionados. Ainda melhor é trabalhar com uma noção integrada da realidade que se apresenta como *“um processo no qual as separações cartesianas entre mente e matéria, entre pensamento e ação, entre consciência e materialidade, entre teoria e prática, não tem ganho nenhum”* (HARVEY, 1996 p.48). Portanto, é dentro dessa noção integrada que busco as bases para a realização desta dissertação.

Ao longo da pesquisa, utilizarei a tríade Lefebvriana, extraída de Lefebvre (2006), para relacionar o espaço concebido na comunidade com o espaço percebido pelos habitantes desta, e com a maneira pela qual esse espaço é vivido por eles. Essa tríade nos auxilia a pensar o espaço como um todo, ou melhor, como movimento da totalidade, de modo que é uma ferramenta útil para tentar abarcar a dialética do movimento desigual que se desenrola nesta comunidade. Nesse sentido, é preciso perceber quais são os agentes que percebem e concebem o espaço da comunidade, além de quem são os atores que também concebem, percebem esse espaço e, sobretudo, o vivenciam.

Nesse momento, cabe uma reflexão sobre o espaço como um produto/produtor das relações. Lefebvre (2006) nos mostra que para apreendermos o conceito de produção do espaço:

[...] é necessário de início dissipar as ideologias que mascaram o uso das forças produtivas nos seios dos modos de produção em geral e, em particular, do modo de produção existente. É preciso, portanto, destruir as ideologias da espacialidade (abstrata), os recortes e representações do espaço (LEFEBVRE, 2006 p.14).

Assim sendo, uma abordagem crítica do espaço da comunidade do Vale Encantado é necessária para que ocorra o desmanche das representações desse espaço. Tratar como abstrato o conteúdo espacial é abrir caminho para a

dominação, ao invés da apropriação. A comunidade do Vale Encantado não é somente o lugar definido como favela pelo Estado. É também um lugar da comunidade que ali habita. Afinal, essa noção da produção do espaço nos ajuda a compreender o processo sócio espacial de maneira integrada, levando em consideração a dialética própria de tal processo.

O Espaço visto agora como produto/produtor das relações sociais, e não mais como um mero sustentáculo delas, adquire outra grandeza que é de grande valia para esse trabalho, a saber: a incontingência de se conceber o espaço que se deseja, por quem faz dele a base de realização da sua vida. Por mais difícil que seja alcançar a possibilidade de apropriação do espaço para concebê-lo, ela existe no mínimo como possibilidade.

As transformações das relações entre sociedade e natureza devem passar por teorias e práticas que permitam vislumbrar possibilidades de intervenção na realidade, tal como é concebida.

A prática da agrofloresta ganha força dentro de um contexto de ressignificação dessa relação entre sociedade e natureza. Sua prática oferece resistência ao padrão industrial e homogêneo de cultivo, ajudando a conceber outras práticas de cultivo do solo, como o plantio manual, diversificado e sucessional.

Muitas são as definições do que é a prática agroflorestal, desde a forma do plantio até o tipo de prática agroflorestal que se está realizando, seja um quintal agroflorestal ou sistema agrosilvopastoril. Nesse trabalho, prática agroflorestal aparecerá à maneira como foi desenvolvida por Ernst Götsch.

Para introduzir brevemente em que se constitui essa perspectiva, recorreremos à ideia passada por Ernest em um de seus cursos de “se planejar agro ecossistemas análogos aos ecossistemas locais” (Ernst, 2009) ¹. Isto é, além de plantar aquela cultura que se deseja, deve-se cultivar também aquilo que está

¹ Quando houver aspas simples somente com a o nome Ernst escrito entre parênteses, estarei me referindo às minhas anotações em caderno de campo realizadas quando dos cursos e dos encontros com o Ernst Götsch, em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015. Citarei o primeiro nome para diferenciar de quando citá-lo como bibliografia.

presente no local, sem preterir espécies nativas sobre as exóticas. O que torna interessante essa abordagem é o fato de que ao passo que se retira os alimentos, pretendidos daquele ambiente, há uma cooperação para a manutenção do ecossistema que os sustenta.

Sempre lembrando sobre o processo civilizatório do ocidente, as crises do sistema e sua matriz racional essencialmente econômica, Götsch aponta para aquilo que ele chama de processos relacionais no ecossistema, a saber: ‘a estratificação das árvores na floresta, os animais, as “pragas” e a competição – cooperação, de modo a compor um sistema inteligente onde cada ser é movido pelo prazer interno, onde o saldo de vida consolidada no lugar é positivo de modo que a interação possa ser benéfica para o todo’ (Ernst, 2009).

Para o presente trabalho, o objetivo é colocar em questão se a prática da agrofloresta pode se constituir em um mecanismo de abertura para outros usos e para outras apropriações do espaço pelos moradores de uma comunidade urbana. Outra pergunta se coloca nesse sentido: Como é que isso se daria nesse espaço e para quem poderia servir esse espaço urbano, produto da prática agroflorestal?

No capítulo 1 serão explicitadas as principais categorias analíticas nas quais a presente pesquisa se baseia. São elas: espaço e lugar. Tais categorias são empregadas com o intuito de fortalecer e direcionar a discussão sobre os principais temas que permeiam essa pesquisa, tal como a análise da prática agroflorestal à luz das noções locais (dos próprios praticantes e atores envolvidos), em contraste com entendimentos geográficos mais amplos do que seja desenvolvimento local e transformação do espaço. Os principais interlocutores são Lefebvre (2006), Carlos (2007) e Götsch (1994, 1997), Rua(2007), Gonçalves (2006) e Santos(1994, 1996).

No capítulo 2, eu faço uma descrição dos dados empíricos que foram levantados, os quais dão suporte à minha teoria. Também descrevo nesse capítulo os resultados da intervenção realizada na Comunidade do Vale encantado, bem como uma parte da história da comunidade. Ainda nele, pode ser encontrado um relato da trajetória do desenvolvimento dessa comunidade que, para fins da análise, culmina com o estabelecimento de um projeto piloto de plantio

agroflorestal, assim como a apresentação da abordagem de campo utilizada para a coleta dos dados de natureza principalmente qualitativa. Para tanto, serão descritas as fases de planejamento, de negociação com a comunidade, do processo de plantio em si, assim como a de envolvimento e percepção dos atores envolvidos.

No capítulo 3, por fim, discutirei algumas das implicações dessa prática de desenvolvimento local à luz dos conceitos e categorias analíticas apresentadas no capítulo 1. Nesse sentido, busco produzir aproximações da realidade descrita sobre a prática agroflorestal no Vale Encantado com a própria Geografia.